

A INDISSOCIABILIDADE ENTRE SUBJETIVIDADE, CRIATIVIDADE NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E INCLUSÃO ESCOLAR

Bárbara Gomes Medeiros Bezerra¹

Francileide Batista de Almeida Vieira²

¹UFRN (Caicó, Rio Grande do Norte, Brasil), barbaragomesmedeiros@gmail.com

²UFRN (Caicó, Rio Grande do Norte, Brasil), francileide.almeida@ufrn.br

RESUMO

O presente artigo apresenta um estudo de natureza bibliográfica que discute as relações entre subjetividade, criatividade e inclusão escolar no contexto das práticas pedagógicas inclusivas, eixos que embasam uma pesquisa de mestrado, em andamento, que tem como objeto de estudo as interfaces entre subjetividade, criatividade e práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar. O trabalho fundamenta-se na Teoria da Subjetividade proposta por González Rey (2005, 2008, 2011, 2017) e nas contribuições de Mitjáns Martínez (2003, 2008, 2017) sobre criatividade, buscando compreender de que modo esses elementos se constituem no cotidiano escolar e contribuem para a construção de práticas pedagógicas inclusivas. A partir dessa perspectiva teórica, compreende-se a aprendizagem como processo subjetivo, produzido nas relações simbólico-emocionais que constituem o cotidiano escolar. Nesse contexto, a criatividade é entendida como expressão da subjetividade humana, manifestando-se nas ações pedagógicas e na construção de estratégias que favoreçam a participação e a aprendizagem dos estudantes. A análise realizada evidencia que a inclusão escolar ultrapassa o simples acesso à escola, exigindo a reorganização das práticas pedagógicas de modo a considerar as singularidades dos sujeitos. Conclui-se que subjetividade, criatividade e inclusão se articulam como dimensões indissociáveis do processo educativo, evidenciando a inclusão como processo dinâmico construído nas relações e experiências vividas no contexto escolar.

Palavras-chave: Subjetividade. Criatividade. Inclusão Escolar. Práticas Pedagógicas.

A educação inclusiva consiste em uma abordagem que propõe mudanças radicais na forma em que a escola se organiza e funciona para conseguir atender todas as pessoas, sem deixar ninguém de fora em decorrência de qualquer condição ou diferença que apresente. A ideia é que todos tenham as mesmas oportunidades de participar, aprender e se desenvolver no ambiente escolar. Dentro desse contexto, a Educação Especial não substitui o ensino comum, mas atua como um apoio que complementa o trabalho da escola. Ela ajuda estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação a terem melhores condições de aprendizagem, contribuindo para que permaneçam na escola e avancem no seu desenvolvimento.

A inclusão escolar, entendida de forma ampla, parte do princípio de que todas as pessoas têm direito à educação em condições de igualdade. Tal perspectiva está embasada em leis e políticas públicas, tais como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), na Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Brasil, 2015) e no Decreto 12.686 de 2025 (Brasil, 2025). Com base nas orientações e determinações advindas desses documentos, as escolas precisam construir estratégias para vencer as barreiras que dificultam os percursos educativos dos alunos e construir uma cultura pautada pelo respeito às diferenças. Isso significa que a escola precisa organizar seus espaços, tempos e práticas para garantir não só o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem de todos os alunos, respeitando suas particularidades. Para tanto, se fazem necessárias práticas criativas e inovadoras, que considerem as especificidades dos sujeitos que aprendem.

A partir desse contexto de efetivação das políticas educacionais inclusivas, em curso no nosso país, a temática deste trabalho originou-se a partir de vivências profissionais das autoras, que gerou interesse pela educação inclusiva, o qual foi se aprofundando durante o percurso acadêmico da primeira autora em diálogo com a segunda, pela realização de pesquisas que tiveram como objetos de estudo aspectos relacionados à educação especial organizada na perspectiva da educação inclusiva, analisados sob a ótica da Teoria da subjetividade, elaborada por González Rey (2003, 2005, 2008, 2011, 2017). A partir dessa base teórica, também adotamos os estudos sobre Criatividade, desenvolvidos por Mitjáns Martínez (2003, 2008, 2017) e sua interface com o ensino no contexto da educação inclusiva. Além disso, atualmente estamos desenvolvendo uma pesquisa de Mestrado que tem como objeto essa mesma linha de investigação.

Diante disso, este trabalho está embasado na Teoria da Subjetividade (González Rey (2005, 2008, 2011, 2017), que por sua vez, nos ajuda a compreender como as pessoas constroem sentidos, emoções e formas de agir, a partir de suas configurações subjetivas e das experiências e relações que vivenciam, inclusive na escola. Essa teoria nos faz compreender que a aprendizagem escolar não se relaciona apenas com os conteúdos e métodos, ou seja, com a dimensão instrumental desse processo, mas também envolve a dimensão subjetiva das pessoas e contextos sociais, que se referem aos sentidos gerados, aos sentimentos, experiências e a maneira como cada sujeito se posiciona no mundo. Nesse diálogo, Mitjans Martínez (2003, 2008, 2017) entende o conceito de criatividade como uma expressão da subjetividade em suas dimensões individual e social, permitindo que professores e alunos criem novas formas de pensar, ensinar e aprender no cotidiano escolar.

A partir dessa relação, a criatividade deixa de ser vista apenas como uma técnica e passa a ser entendida como parte do jeito de ser e de atuar dos sujeitos na escola. Em contextos de inclusão, isso é ainda mais importante, porque a escola lida todos os dias com diferentes necessidades, ritmos e modos de aprender. Segundo Mitjans Martínez (2003, 2008, 2017), ser criativo é produzir algo novo e que tenha valor no contexto em que se expressa. Na prática pedagógica, isso aparece quando o professor escolhe caminhos, pensa em estratégias e cria oportunidades para que todos participem e aprendam, efetivamente.

Dessa forma, compreendida com base na Teoria da Subjetividade de González Rey (2005, 2008, 2011, 2017), a criatividade contribui para práticas mais abertas, sensíveis e coerentes com a proposta de uma educação realmente inclusiva. Para tanto, se faz necessária uma explanação sobre o que defendem González Rey (2005, 2008, 2011, 2017) e Mitjans Martínez (2003, 2008, 2017) sobre o processo de ensinar e aprender, que não depender somente de métodos, mas também dos sentidos, das emoções e das experiências que professores e alunos constroem nas suas vivências e relações estabelecidas. Nesse sentido, este artigo busca discutir o modo como subjetividade, criatividade e inclusão estão interligados no dia a dia da escola.

Portanto, os estudos e discussões realizados sobre subjetividade, criatividade e inclusão no campo educacional geraram reflexões importantes sobre o modo como a escola organiza suas práticas. A partir delas elaboramos a seguinte questão: De que modo subjetividade e criatividade se fazem presente no contexto escolar e como se relacionam com as práticas pedagógicas inclusivas? Tendo em vista que a inclusão não se limita à matrícula

escolar, mas envolve a compreensão teórica dos sentidos, das relações e das experiências que atravessam o processo educativo.

Tal questão deu origem ao seguinte objetivo geral: analisar as relações entre subjetividade, criatividade e práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar, com base na Teoria da Subjetividade de González Rey (2003, 2005, 2008, 2011, 2017) e nas contribuições de Mitjáns Martínez (2003, 2008, 2017), bem como alguns objetivos específicos, pontuados a seguir: discutir os fundamentos da Teoria da Subjetividade e suas contribuições para a compreensão da aprendizagem escolar; analisar o conceito de criatividade como expressão da subjetividade nas práticas pedagógicas e por fim, refletir sobre a indissociabilidade entre subjetividade, criatividade nas práticas pedagógicas e inclusão escolar. Esses objetivos norteiam uma investigação que está em andamento como parte do curso de mestrado realizado pela primeira autora sob a orientação da segunda. O presente trabalho aborda apontamentos relacionados aos eixos teóricos e epistemológicos relacionados a referida investigação.

Este artigo se caracteriza por uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, pois busca compreender, a partir de estudos já publicados, como subjetividade, criatividade e inclusão se articulam no cotidiano da escola. Analisando ideias, conceitos e discussões produzidas por González Rey (2005, 2008, 2011, 2017) e Mitjáns Martínez (2003, 2008, 2017). Conforme Minayo (2014), a pesquisa qualitativa se preocupa com os sentidos e significados que os sujeitos constroem em suas práticas sociais, o que dialoga com a proposta deste estudo ao refletir sobre como a criatividade e a subjetividade se expressam nas práticas pedagógicas inclusivas.

Quanto à metodologia, realizou-se uma sequência de leituras de produções acadêmicas que dialogam sobre a Teoria da Subjetividade e criatividade em contextos educacionais inclusivos. Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador organizar e articular conhecimentos já existentes para ampliar a compreensão de determinado fenômeno. Assim, nos debruçamos em obras de González Rey (2005, 2008, 2011, 2017), que discute a subjetividade como processo simbólico-emocional e de Mitjáns Martínez (2003, 2008, 2017), que compreende a criatividade como expressão da subjetividade nas ações humanas, além de textos e documentos que abordam a inclusão escolar. A análise desses materiais nos possibilita compreender a importância da criatividade nas práticas pedagógicas inclusivas e como a valorização da subjetividade dos sujeitos pode ter influência no modo de pensar e fazer a inclusão no cotidiano escolar.

Diante dessas discussões, este artigo busca refletir sobre como subjetividade, criatividade e inclusão se relacionam no cotidiano da escola. Além disso, pretende-se discutir como a subjetividade dos sujeitos é considerada nos processos de ensinar e aprender, apontando possibilidades para práticas pedagógicas mais flexíveis, que valorizem as singularidades e favoreçam a participação e o desenvolvimento e, conseqüentemente, a inclusão escolar de todos os educandos. Desta feita, o artigo está organizado em duas seções principais: a primeira aborda os fundamentos da Teoria da Subjetividade e suas contribuições para a aprendizagem escolar, e a segunda discute as relações entre subjetividade, criatividade e práticas pedagógicas inclusivas.

2 TEORIA DA SUBJETIVIDADE E APRENDIZAGEM ESCOLAR

González Rey (2005, 2008, 2011, 2017) desenvolveu a Teoria da Subjetividade sob a perspectiva histórico-cultural. Inspirado nos estudos de Vigotsky (1925, 1931, 1934), ele propôs que a subjetividade se desenvolve dentro da cultura e que, ao mesmo tempo, ela contribui para sua reconfiguração permanente. Segundo o autor, a subjetividade não é algo fixo ou isolado, mas que se constrói ao longo da vida por meio das experiências, das relações e dos sentidos que cada pessoa gera em suas experiências de vida. Dessa forma, ele concebe a subjetividade como:

[...] um sistema simbólico-emocional orientado à criação de uma realidade peculiarmente humana, a cultura, da qual a própria subjetividade é condição para o seu desenvolvimento e dentro da qual tem a sua própria gênese, socialmente institucionalizada e historicamente situada (González Rey; Mitjáns Martínez, 2017, p. 27).

Assim, nesta perspectiva, o indivíduo e a sociedade se formam juntos, influenciando-se mutuamente em um processo contínuo de interação, onde a subjetividade não é algo que já nasce com a gente, mas algo que se forma ao longo da vida nas dimensões social, cultural e histórica, sendo configurada pelo meio e também contribuindo para ele. Neste sentido, ela não se configura da mesma forma para todos, já que cada pessoa constrói sua própria subjetividade a partir das experiências que vive e dos sentidos que atribui a elas, mesmo passando por uma mesma situação. González Rey, diz que o subjetivo emerge:

[...] no percurso de uma vida em que transcorre numa multiplicidade de contextos sociais e culturais no curso de uma experiência histórica, - implica compreendê-la como um aspecto inseparável da condição humana, portanto,

Além disso, ainda segundo González Rey (2002, 2011), a subjetividade pode ser vista como “[...] um sistema de sentidos subjetivos que aparecem organizados em múltiplas configurações particulares [...]”, assumindo formas diferentes dependendo do contexto e da ação em que a pessoa está envolvida. Em outras palavras, cada indivíduo constrói sua própria subjetividade a partir das experiências que vive e dos sentidos que atribui a elas, num processo de constante transformação.

Desse modo, a subjetividade “[...] não depende de causas externas, mas se manifesta como resultado das experiências vividas” (González Rey; Mitjans Martínez, 2017, p. 51). Dessa forma, ela se constrói na prática, nas situações e relações que cada pessoa experiencia ao longo da vida. Por isso, entender a subjetividade é fundamental para perceber como alunos e professores se relacionam com a aprendizagem, a criatividade e as práticas inclusivas na escola, já que cada experiência marca a forma como participam e interagem no ambiente educativo.

Sendo assim, González Rey explica que o sentido subjetivo “[...] não se contrapõe ao aspecto operacional da aprendizagem, senão que acrescenta uma qualidade da aprendizagem que não tinha sido considerada como intrínseca ao aprender” (2008, p. 35), mostrando que aprender não é só executar tarefas, mas também a atribuição de significado ao que se aprende, de modo que a aprendizagem é compreendida como uma produção de cada sujeito. Diante disso, González Rey e Mitjans Martínez, tratam da categoria de sujeito como sendo aquela que “[...] representa a capacidade de posicionamento de indivíduos e grupos, cujos limites estão na própria produção simbólica da cultura e nos recursos subjetivos para assumir os desafios dos espaços existenciais da experiência” (2017, p. 73), o que reforça que alunos e professores participam ativamente do processo educativo, construindo sentidos nas situações vividas na escola.

Nessa mesma linha de pensamento, surge o conceito de subjetividade social, que se refere à forma como os sentidos, valores e modos de agir vão sendo construídos nos diferentes espaços sociais. De acordo com González Rey e Mitjans Martínez (2017), ela envolve “[...] múltiplas configurações de espaços sociais e ordens diferentes que se organizam subjetivamente em cada espaço concreto” (p. 83). No caso da escola, a subjetividade social aparece nos discursos, nas crenças e nas práticas que fazem parte do dia a dia. Como afirma

González Rey (2011), a instituição escolar incorpora esse conjunto simbólico em seu funcionamento, formando o que podemos chamar de subjetividade social da escola. Esses elementos se relacionam diretamente com a maneira como a escola entende, organiza e vivencia a inclusão, interferindo nas práticas pedagógicas e nas relações entre professores, alunos e comunidade.

Diante disso, compreender a aprendizagem como um processo subjetivo ajuda a perceber que ela não acontece só de forma individual, mas nas relações que os sujeitos constroem no cotidiano escolar, já que se trata de um “[...] processo subjetivo, não apenas individual, mas também sociorrelacional” (González Rey; Mitjáns Martínez, 2017, p. 57). Assim, pensar a subjetividade no contexto da escola é fundamental para a educação inclusiva, pois a instituição reúne diferentes histórias, sentidos e formas de participação. Esse cenário exige práticas pedagógicas mais flexíveis, sensíveis e criativas, capazes de valorizar as singularidades dos alunos e favorecer a inclusão de todos nos processos de ensinar e aprender.

2.1 SUBJETIVIDADE, CRIATIVIDADE NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E INCLUSÃO ESCOLAR

Partindo das contribuições da Teoria da Subjetividade, a criatividade passa a ser entendida não só como um talento ou dom, mas como algo que se constrói nas relações e nas experiências que o sujeito vive. Ou seja, ser criativo não é apenas “inventar coisas novas”, mas também se posicionar, interpretar a realidade e transformar práticas a partir das emoções, da cultura e das interações sociais. As novidades elaboradas em determinado contexto são consideradas como criativas quando apresentam valor para tal. Nessa visão, a criatividade aparece como parte do próprio desenvolvimento humano e ganha um papel importante no contexto escolar, especialmente quando se pensa em práticas pedagógicas inclusivas. Desse modo, a autora descreve a criatividade como sendo:

[...] um processo complexo da subjetividade humana na sua simultânea condição de subjetividade individual e subjetividade social que se expressa na produção de “algo” que é considerado ao mesmo tempo “novo” e “valioso” em um determinado campo da ação humana (Mitjáns Martínez 2008, p. 70).

Diante disso, para a autora a criatividade está ligada à forma como cada pessoa produz sentidos, enfrenta situações do dia a dia e encontra maneiras próprias de agir e aprender. Desta forma, o “novo” pode não ser algo inédito, mas será considerado como criativo a partir do valor que traz para os objetivos da instituição escolar, dentre os quais se destacam a

aprendizagem e o desenvolvimento dos educandos. Assim, quando pensamos na inclusão escolar, a criatividade aparece como algo essencial no sentido de se construir diferentes maneiras de lidar com as demandas do âmbito escolar para efetivação desse processo. Como aponta Mitjáns Martínez (2008), falar de inclusão é também rever práticas, atitudes e a forma como o ensino é organizado, buscando caminhos que ampliem a participação e a aprendizagem de todos. Nesse sentido, a autora mostra que a inclusão pede uma escola mais flexível e aberta às diferenças, como veremos a seguir:

[...] uma alta dose de criatividade e de inovação na instituição escolar, já que esta tem uma longa história de padronização e homogeneização dos processos educativos e, conseqüentemente, de exclusão daqueles que “não aprendem” segundo as ações padronizadas que caracterizam boa parte do trabalho pedagógico (Mitjáns Martínez, 2008, p. 73).

Neste sentido, torna-se necessário repensar o trabalho pedagógico, considerando que a própria finalidade da escola é ensinar e promover o desenvolvimento integral dos sujeitos. Para que esse processo ocorra de forma mais significativa, as práticas não podem se limitar a modelos rígidos e repetitivos. Como afirma Mitjáns Martínez (2008, p. 73), o trabalho educativo precisa agregar algo novo a suas práticas pedagógicas, pois “[...] para cumprir adequadamente seus próprios objetivos, o trabalho pedagógico tem que ser, em alguma medida, criativo”.

Além disso, a criatividade no trabalho pedagógico não se constrói apenas pela ação individual do professor, mas envolve diferentes dimensões do contexto educacional. Como afirma Mitjáns Martínez (2008, p. 76), participam desse processo “[...] tanto as configurações subjetivas do professor e sua condição de sujeito, quanto as configurações subjetivas do espaço escolar e de outros espaços vinculados com ele”. Assim, o modo como o docente atua e como a escola se organiza interferem diretamente nas possibilidades de criação nas práticas pedagógicas. A autora, então, apresenta alguns dos elementos que compõem as configurações subjetivas formadas pelo professor ao longo de sua trajetória:

- Configurações subjetivas, diretamente relacionadas com a ação criativa do professor, são articulações dinâmicas, altamente individualizadas de processos subjetivos que constituem o que denominamos *configurações criativas* (Mitjáns Martínez, 1997). Alguns elementos comuns às configurações criativas de pessoas com alto nível de criatividade no seu trabalho profissional, entre eles professores, encontrados por nós, foram:
 - Alto grau de desenvolvimento da motivação para a profissão – a profissão é uma tendência orientadora da personalidade;
 - Clara orientação de futuro na esfera profissional;
 - Força da individualidade – a autovalorização como importante elemento dinâmico da expressão criativa;

- Orientação muito ativa para a superação profissional;
- Orientação consciente para a criação (Mitjáns Martínez, 2008, p. 76).

Diante disso, a criatividade nas práticas pedagógicas passa a ser compreendida como algo que vai além de técnicas ou métodos prontos. Ela se constrói na qualidade das relações que se estabelecem na escola, no tipo de tarefas e demais elementos que integram o fazer pedagógico, na consideração dos sentidos produzidos pelos sujeitos e nas formas como professores e estudantes participam do processo educativo. Com base na Teoria da Subjetividade de González Rey (2005, 2008, 2011, 2017) e nas contribuições de Mitjáns Martínez (2003, 2008, 2017), entende-se que a criatividade está ligada à maneira como cada sujeito se envolve com o aprender e o ensinar. Assim, a criatividade nas práticas pedagógicas não diz respeito apenas à dimensão instrumental do ensino, mesmo que tenham um caráter de ineditismo, mas à criação de condições para que os estudantes atribuam sentidos subjetivos ao conhecimento e participem ativamente na construção do próprio processo de aprender. Isso significa considerar a dimensão subjetiva como elemento indissociável nos processos de ensinar e de aprender.

Portanto, ao reconhecer a dimensão subjetiva que atravessa os processos de ensinar e de aprender, a escola amplia seu olhar para além das dificuldades aparentes e passa a reorganizar suas práticas, considerando as singularidades dos alunos como potencialidades, e não como obstáculos. Nesse sentido, a criatividade como expressão da subjetividade humana, assume um papel central em contextos educacionais inclusivos, tendo em vista que ela impulsiona a elaboração de práticas inovadoras, significativas e contextualizadas. Assim, subjetividade, criatividade e inclusão se articulam no cotidiano da escola como dimensões indissociáveis, favorecendo o desenvolvimento integral de todos os alunos e reafirmando a educação como direito e como espaço de transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o presente trabalho analisa as contribuições teóricas de González Rey (2005, 2008, 2011, 2017) e Mitjáns Martínez (2003, 2008, 2017) e discute a indissociabilidade existente entre subjetividade, criatividade nas práticas pedagógicas e inclusão escolar, que se apresentam como base teórica para a pesquisa que estamos desenvolvendo. A análise evidencia que a aprendizagem se configura como processo subjetivo, produzido nas relações sociais e culturais que constituem o cotidiano escolar. Nessa perspectiva, professores e alunos produzem significados nas experiências de ensinar e aprender, e tais produções orientam suas formas de participação no processo educativo. A inclusão, portanto, não se limita ao acesso,

mas se efetiva como princípio que reconhece as singularidades dos sujeitos e exige a reorganização das práticas pedagógicas.

Assim, a reflexão desenvolvida indica que a criatividade assume um papel importante nas práticas pedagógicas ao possibilitar a construção de estratégias flexíveis, sensíveis e contextualizadas. O trabalho pedagógico neste sentido, deve partir principalmente das singularidades dos sujeitos, buscando atribuir sentidos ao que se ensina e também ao que se aprende, superando modelos tradicionais de ensino. Desta forma, a escola amplia as possibilidades de aprendizagem ao valorizar diferentes modos de participação. Assim, subjetividade, criatividade e inclusão se articulam como dimensões indissociáveis do processo educativo, sustentando uma prática pedagógica comprometida com o desenvolvimento humano e com a garantia do direito de todos à aprendizagem.

Nesse sentido, as discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho permitem retomar os objetivos propostos, evidenciando que a compreensão das relações entre subjetividade, criatividade e práticas pedagógicas inclusivas constitui um elemento fundamental para o avanço das reflexões no campo da educação inclusiva. A fundamentação teórica adotada possibilitou compreender a aprendizagem como processo subjetivo, no qual a criatividade se expressa nas ações pedagógicas e nas formas de participação dos sujeitos no cotidiano escolar. Desse modo, os elementos teóricos discutidos neste estudo oferecem subsídios para o aprofundamento das investigações em curso, contribuindo para o fortalecimento de perspectivas educacionais que compreendam a inclusão como processo dinâmico, construído nas relações e experiências vividas no contexto escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. ***Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva***. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/institucionais/pneepi.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. ***Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. ***Decreto nº 12.686 de 20 de outubro de 2025***. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 de outubro de 2025. Disponível em:

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Thomson, 2002.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. *Sujeito e subjetividade*. São Paulo: Thomson, 2003.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. *Os aspectos subjetivos no desenvolvimento de crianças com necessidades especiais: além dos limites concretos do defeito*. In: MARTINEZ, Albertina Mitjáns; TACCA, Maria Carmem Villela Rosa (Org.). *Possibilidades de Aprendizagem: ações pedagógicas para alunos com dificuldades e deficiência*. Campinas/SP: Alínea, 2011. p. 47-70.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. Tradução: Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo/SP: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. *O sujeito que aprende: desafios do desenvolvimento do tema da aprendizagem na psicologia e na prática pedagógica*. In: TACCA, Maria Carmen Villela Rosa. *Aprendizagem e trabalho pedagógico*. 2. ed. Campinas/SP: Alínea, 2008. p. 29-44.

GONZALEZ REY, Fernando Luis; MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. *Subjetividade: teoria, epistemologia e método*. Campinas/SP: Alínea, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. *Criatividade, personalidade e educação*. Tradução: Mayra Pinto. 3. ed. Campinas/SP: Papirus, 2003.

MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. *Criatividade no trabalho pedagógico e criatividade na aprendizagem: uma relação necessária?* In: TACCA, Maria Carmen Villela Rosa (Org.). *Aprendizagem e trabalho pedagógico*. 2. ed. Campinas/SP: Alínea, 2008. p. 69-94.

MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; GONZALEZ REY, Fernando. *Psicologia, educação e aprendizagem escolar: avançando na contribuição da leitura cultural-histórica*. São Paulo: Cortez, 2017.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *Psicologia da arte*. Moscou: Gosudarstvennoe Izdatelstvo, 1925.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *História do desenvolvimento das funções psicológicas superiores*. Moscou: 1931.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *Estudos sobre a estrutura da consciência e o desenvolvimento da psique*. Moscou: 1931-1934.



XVI FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

A PESQUISA NA GRADUAÇÃO: SABERES E PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DOCENTE

27 a 30 de maio 2026 - Sertão Central - Quixadá - CE.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *Pensamento e linguagem*. Moscou: 1934.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP